

EGBA GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO		EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA CNPJ 15.257.819/0001-06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		GOVERNO DO ESTADO BAHIA		GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE	
BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais, excluídos os centavos)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, excluídos os centavos)			
ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024		2023	
Nota 2024 2023 Reclassificado		Nota 2024 2023 Reclassificado					
Circulante		Circulante					
Caixa e bancos 03 a 373 1.224		Fornecedores 12 7.214.279 6.101.771					
Aplicações financeiras 03 b 14.401.383 9.625.948		Adiantamentos de clientes 169.873 114.579					
Contas a receber de clientes 04 35.151.672 35.783.938		Obrigações sociais e trabalhistas 13 3.732.219 3.211.486					
Estoques 05 3.338.449 3.981.566		Obrigações tributárias 14 2.808.204 3.110.990					
Tributos a recuperar 06 7.142.920 3.921.129		Contribuição social a pagar 108.789 3.550					
Adiantamentos diversos 241.110 320.777		Outras contas a pagar 527.246 716.275					
Outras contas a receber 07 364.212 379.470		Total do circulante 14.560.610 13.258.651					
Custos a apropriar 08 301.266 340.449		Não circulante					
Despesas antecipadas 142.045 143.003		Contas a pagar - Aquisição de Imóvel 15 3.177.783 3.177.783					
		Provisão para contingências trabalhistas 17 398.080 481.580					
Total do circulante 61.083.430 54.497.504		Total do não circulante 3.575.863 3.659.363					
Não circulante		Patrimônio líquido 18					
Realizável a longo prazo		Capital social 44.726.598 44.726.598					
Depósitos judiciais 09 2.224.095 2.054.454		Reserva de lucros 22.829.373 17.537.888					
Investimentos 121.000 121.000		Total do patrimônio líquido 67.555.971 62.264.486					
Imobilizado 10 17.490.282 17.640.839							
Intangível 11 4.773.637 4.868.703							
Total do não circulante 24.609.014 24.684.996							
TOTAL DO ATIVO 85.692.444 79.182.500		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 85.692.444 79.182.500					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais, excluídos os centavos)							
Reserva de lucros							
Capital social Retenção de lucros Lucros (Prejuízos) acumulados Total							
Saldos em 31 de dezembro de 2022 44.726.598 17.867.072 - 62.593.670							
Prejuízo do exercício (329.184) (329.184)							
Destinação do prejuízo							
... Absorção de prejuízo (329.184) 329.184 -							
Saldos em 31 de dezembro de 2023 44.726.598 17.537.888 - 62.264.486							
Lucro do exercício 5.291.485 5.291.485							
Destinação do lucro							
... Retenção de lucro 5.291.485 (5.291.485) -							
Saldos em 31 de dezembro de 2024 44.726.598 22.829.373 - 67.555.971							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, excluídos os centavos)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais, excluídos os centavos)			
2024 2023		2024 2023					
Receita operacional bruta		Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prestação de serviços 148.966.508 125.383.879		Lucro (Prejuízo) do exercício 5.291.485 (329.184)					
Deduções sobre serviços		Ajustes por:					
Tributos incidentes sobre serviços prestados (14.689.492) (14.623.065)		Depreciação 1.387.573 1.353.900					
Notas fiscais canceladas (3.313.019) (327.310)		Baixa de bens do ativo imobilizado e outros 2.255 -					
(18.002.511) (14.950.375)		(Reversão) Provisão para contingências trabalhistas 114.139 246.218					
Receita operacional líquida 130.963.997 110.433.504		6.795.452 1.270.934					
Custo dos serviços prestados (83.746.032) (72.664.041)		Variações nos ativos - (Aumento) redução					
Lucro bruto 47.217.965 37.769.463		Contas a receber de clientes 632.266 (2.668.685)					
(Despesas) receitas operacionais		Estoques 643.117 624.731					
Despesas comerciais (10.798.322) (10.066.976)		Tributos a recuperar (3.221.791) (3.809.471)					
Despesas administrativas com pessoal (11.912.225) (11.260.009)		Outras contas a receber 15.258 306.710					
Despesas gerais e administrativas (16.043.132) (15.529.947)		Despesas antecipadas, custos a apropriar e adiantamentos diversos 214.875 (1.338.847)					
Despesas tributárias (1.780.257) (1.732.789)		(1.716.275) (6.885.562)					
Despesas de depreciação (967.020) (943.365)		Variações nos passivos - Aumento (redução)					
Receitas financeiras 576.828 797.441		Fornecedores 1.112.508 1.532.949					
Despesas financeiras (159.787) (157.081)		Obrigações sociais e trabalhistas 520.733 (7.670)					
Outras receitas, líquidas 767.850 805.502		Obrigações tributárias (302.786) 527.942					
(40.316.065) (38.087.224)		Outras contas a pagar e adiantamentos de clientes (133.735) 296.386					
Lucro (Prejuízo) do exercício antes da contribuição social e do Imposto de renda 6.901.900 (317.761)		Imposto de renda e contribuição social a pagar 105.239 (87.020)					
Contribuição social (440.411) (4.393)		Pagamento de contingências trabalhistas (197.639) (32.638)					
Imposto de renda (1.170.004) (7.030)		1.104.320 2.229.949					
Lucro (Prejuízo) do exercício 5.291.485 (329.184)		Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais 6.183.497 (3.384.679)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
		Aquisição de imobilizado (1.239.272) (665.081)					
		Depósitos judiciais, líquidos (169.641) 206.170					
		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (1.408.913) (458.911)					
		Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa 4.774.584 (3.843.590)					
		Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa 2024 2023					
		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 9.627.172 13.470.762					
		Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 14.401.756 9.627.172					
		4.774.584 (3.843.590)					
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
1 - CONTEXTO OPERACIONAL				GOVERNO DO ESTADO BAHIA			
A Empresa Gráfica da Bahia é uma empresa pública vinculada à Secretaria da Casa Civil, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e capital exclusivo do Estado regida pela Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/97 e pela Lei nº 11.638/07, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.				GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE			
Tem como finalidade principal publicar os atos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, executar serviços gráficos, de microfilmagem e outras atividades correlatas.							
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS							
2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras							
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.							
Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.							
2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa							
As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:							
a) Contas a receber							
Estão registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal.							
b) Perda efetiva de clientes							
Constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de contas a receber de clientes privados, de acordo com as expectativas da Administração.							
c) Estoques							
Os estoques são demonstrados aos custos médios das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.							
d) Imobilizado							
Registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 10.							
e) Demais passivos circulantes							
São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.							
(CONTINUA)							



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

CNPJ 15.257.819/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



f) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS, são calculados segundo as normas e critérios estabelecidos pela legislação fiscal, conforme nota explicativa nº 16 e são contabilizados pelo regime de competência.

g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Empresa efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, despesas e custos. Os principais valores estimados são: depreciação, amortização e provisão para contingências.

i) Reclassificação dos saldos do exercício de 2023

Foram reclassificados os saldos em 31 de dezembro de 2023, das contas direito uso de software e contas a pagar – aquisição de imóvel, de acordo com a apresentação das demonstrações financeiras do período atual, sem afetar o resultado do exercício e a posição financeira, anteriormente reportados.

Direito uso de software

No exercício de 2024, foram reclassificados os gastos com direitos de uso de software, no valor de R\$ 4.858.669, do Ativo Circulante – Custos a Apropriar para o Ativo Intangível, no entendimento de que a EGBA detém o controle do respectivo ativo.

Contas a pagar – Aquisição de imóvel

Em decorrência da indefinição relacionada com a documentação do imóvel, reclassificamos do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante, o saldo de R\$ 3.177.783, correspondente ao saldo pendente de pagamento pela aquisição do imóvel citado na nota explicativa nº 15.

3 – DISPONIBILIDADES

a) – Caixa e bancos

O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado a seguir:

	2024	2023
Banco do Brasil S.A.	373	1.224
	373	1.224

b) – Aplicações financeiras

O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado a seguir:

	2024	2023
Banco do Brasil S.A.	14.401.383	9.625.948
	14.401.383	9.625.948

Aplicações financeiras efetuadas no Banco do Brasil em títulos de renda fixa – CDB/DI SWAP Público Absoluto, BB Simples Solidez Absoluto e Absoluto Cartão Corporativo.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
Órgãos do Poder Executivo	34.021.756	34.568.002
Prefeituras Municipais	1.588.972	1.672.350
Clientes Particulares	113.110	111.902
Órgãos do Poder Judiciário	141.774	71.866
Órgãos do Poder Legislativo	333.090	405.338
Outros	21.238	12.064
	36.219.940	36.841.522
(-) Perda efetiva de clientes	(1.068.268)	(1.057.584)
	35.151.672	35.783.938

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento, em 31 de dezembro

de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Contas a receber por idade de vencimento		
A vencer	23.670.630	17.595.007
Vencidos até 365 dias	1.467.255	9.046.596
Vencidos há mais de um ano	11.082.055	10.199.919
	36.219.940	36.841.522

5 – ESTOQUES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
Matéria prima	2.038.715	2.636.809
Material de consumo	224.747	356.008
Material de manutenção de máquinas e equipamentos	839.043	902.683
Outros materiais	235.944	86.066
	3.338.449	3.981.566

6 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	2024	2023
Saldo negativo de IRPJ	6.737.434	3.903.302
Saldo negativo de CSLL	-	10.120
PIS e COFINS	397.779	-
Outros tributos	7.707	7.707
	7.142.920	3.921.129

Saldo negativo do IRPJ

Com a publicação da IN RFB nº 2.145, em 27 de junho de 2023, os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações passaram a ser obrigados, a partir desta data, a proceder a retenção do imposto de renda incidente sobre todos os pagamentos a pessoas jurídicas, tanto para prestação de serviços como pelo fornecimento de produtos.

Os respectivos valores serão atualizados pela SELIC e compensados com os tributos administrados pela Secretaria da Recita Federal do Brasil.

7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
Depósito e caução	107.123	120.621
Convênio de pessoal à disposição	167.385	203.395
Visanet S.A.	81.250	53.734
Outras contas a receber	8.454	1.720
	364.212	379.470

8 – CUSTOS A APROPRIAR

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
		Reclassificado
Certificação digital	301.266	340.449
	301.266	340.449

Certificação digital

Referem-se às aquisições de certificações para execução de serviços técnicos especializados e continuados de credenciamento e operacionalização de Autoridade Certificadora, dos seguintes tipos: e-CPF: A1 e A3, e-CNPJ A1 e A3, e-Equipamento Servidor A1, CerJUS Institucional, CerJUS Poder Público e CAA - Certificado de atributos vinculados ao Certificado Digital. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício a medida em que os certificados são repassados ao público em geral.

9 – DEPÓSITOS / BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de algumas reclamações trabalhistas, tendo sido efetuado, ao longo do tempo, depósitos judiciais no montante de R\$ 2.224.095 (em 2023, R\$ 2.054.454). Em caso de decisão desfavorável à Empresa quando do desfecho final dos processos em andamento, os depósitos a eles vinculados serão repassados à parte vencedora, como liquidação do valor do débito. Caso estes sejam maiores do que os valores dos depósitos, a Empresa complementará o pagamento.

	2024		2023	
	Adições	Baixas	Saldo	Saldo
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.169.763	(1.000.122)	2.224.095	2.054.454
	1.169.763	(1.000.122)	2.224.095	2.054.454

10 – IMOBILIZADO

	2024			2023	
	Taxa de Depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	6.127.348	-	6.127.348	6.127.348
Edificações e benfeitorias	4	15.518.861	(7.837.519)	7.681.342	8.182.259
Máquinas e equipamentos	10	23.688.568	(22.533.704)	1.154.864	304.269
Veículos	20	151.070	(151.070)	-	-
Móveis e utensílios	10	9.939.877	(8.751.970)	1.187.907	1.607.704
Instalações	10	1.372.239	(1.173.857)	198.382	255.411
Computadores e periféricos	20	3.297.676	(2.506.870)	790.806	858.465
Aparelhos de telecomunicações	10	3.501	(3.496)	5	106
Imóveis em construção	-	179.022	-	179.022	179.022
Outros	-	338.477	(167.871)	170.606	126.255
Total do imobilizado		60.616.639	(43.126.357)	17.490.282	17.640.839

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montou a R\$ 1.387.573 (em 2023, R\$ 1.353.900), sendo apropriada R\$ 420.553 (em 2023, R\$ 410.535) ao custo dos serviços prestados e R\$ 967.020 (em 2023, R\$ 943.365), como despesa operacional.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, as empresas devem verificar, anualmente, se há indícios de perda de recuperabilidade. Caso aconteça, as empresas devem avaliar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da EGBA entende que não há necessidade de constituição de provisão para perdas do valor recuperável impairment dos bens integrantes do ativo imobilizado.

11 – INTANGÍVEL

	2024			2023	
	Taxa de Amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido Reclassificado
Direito uso de software	20	10.344.999	(5.581.396)	4.763.603	4.858.669
Marcas e patentes	-	10.034	-	10.034	10.034
Total do intangível		10.355.033	(5.581.396)	4.773.637	4.868.703

Direito uso software

Referem-se aos gastos efetuados na aquisição do direito de uso de software, reclassificados para o Ativo Intangível. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício na proporção de 1/60 avos.

12 – FORNECEDORES

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Fornecedores de serviços	6.996.546	5.532.492
Fornecedores de materiais	217.733	569.279
	7.214.279	6.101.771

13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Férias a pagar	1.618.451	1.531.717
Encargos sociais sobre provisões trabalhistas	642.094	543.671
INSS	592.762	560.216
INSS - retido na fonte	685.262	536.438
FGTS	148.154	-
SESI / SENAI	44.671	39.444
Outros	825	-
	3.732.219	3.211.486

14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser demonstrada como segue:

	2024	2023
ISS sobre faturamento	883.550	883.550
IRRF	597.452	499.595
COFINS	274.173	569.479
PIS/COFINS/CSLL – retidos na fonte	617.565	486.723
ISS - retido na fonte	279.013	226.224
PASEP	59.404	123.480
Outros	97.047	321.939
	2.808.204	3.110.990

15 – CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

A EGBA adquiriu um imóvel localizado na Avenida Barros Reis nº 761, Retiro,

Salvador/Bahia, com 12.769,27m2, em 28 de maio de 2018, da Empresa Bahiana de Alimentos S.A. – EBAL, devidamente inscrito no cadastro de inscrição imobiliário de Salvador. O valor da aquisição foi de R\$ 8.410.000, sendo pago R\$ 5.232.217 no ato da assinatura do contrato e R\$ 3.177.783 a ser pago após a regularização da documentação do referido imóvel.

16 – IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS E COFINS

A Empresa vem apurando o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. As alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social, utilizadas sobre as bases de cálculo são de 25%, 9%, o PIS e a COFINS receita cumulativa (0,65% e 3%), não-cumulativa (1,65% e 7,60%) e sobre receitas financeiras (0,65% e 4%) respectivamente.

17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Empresa possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2024, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

Expectativa de perda			
Natureza	Provável	Possível	Remota
Trabalhistas	398.080	761.082	411.000
	398.080	761.082	411.000

A EGBA constituiu provisão para perdas prováveis referentes a reclamações trabalhistas. O valor provisionado até 31 de dezembro de 2024 montava a R\$ 398.080 (em 2023, R\$ 481.580).

	2024			2023
	Provisão	Baixas / reversões	Saldo	Saldo
Contingências trabalhistas	175.000	(258.500)	398.080	481.580
	175.000	(258.500)	398.080	481.580

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários da Empresa dos últimos cinco anos e trinta anos para fins de FGTS, encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. A Administração da EGBA é de opinião que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam valores significativos.

18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da EGBA, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no valor de R\$ 44.726.598 é integralizado pelos bens imóveis, móveis e direitos e valores de suas propriedades e por reserva de reavaliação, incorporada a seu capital, conforme dispositivos legais pertinentes.

b) Retenção de lucros

O lucro líquido apurado no balanço patrimonial de cada exercício social é distribuído ao Estado da Bahia, incorporado ao capital social da EGBA ou mantido em reserva de retenção de lucros, conforme deliberação do Conselho de Administração.

19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos respectivos valores de mercado. Não é prática da Empresa operar com derivativos.

(CONTINUA)



EGBA GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA CNPJ 15.257.819/0001-06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GOVERNO DO ESTADO BAHIA GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE																							
20 – OUTRAS INFORMAÇÕES Investimentos - Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB Em 23 de maio de 2013, através do termo de transferência de ações, a Empresa Salvador Turismo S.A – SALTUR, transferiu para Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, sem ônus, as ações ordinárias nominativas, representativas de 0,87% do capital social da Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 8.411 de 14 de maio de 2013. O valor correspondente às ações transferidas para EGBA, em 23 de maio de 2013, montava a R\$ 1.410.840 (Integralizadas R\$ 121.000 e a integralizar R\$ 1.289.840), tendo sido contabilizado a parcela integralizada a débito da conta de investimentos e a crédito de outras receitas 19 – Doações, no Resultado do Exercício de 2013.																							
b) Seguros A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores de cobertura das apólices vigentes eram os seguintes: <table><tr><th></th><th colspan="2">Montante Segurado - R\$</th></tr><tr><th>Cobertura</th><th>2024</th><th>2023</th></tr><tr><td>Incêndio, explosão, fumaça e queda de árvore</td><td>33.000.000</td><td>33.000.000</td></tr><tr><td>Danos elétricos</td><td>300.000</td><td>300.000</td></tr></table>				Montante Segurado - R\$		Cobertura	2024	2023	Incêndio, explosão, fumaça e queda de árvore	33.000.000	33.000.000	Danos elétricos	300.000	300.000									
	Montante Segurado - R\$																						
Cobertura	2024	2023																					
Incêndio, explosão, fumaça e queda de árvore	33.000.000	33.000.000																					
Danos elétricos	300.000	300.000																					
<table><tr><td>Tumulto, greve e lock-out</td><td>50.000</td><td>50.000</td></tr><tr><td>Responsabilidade civil</td><td>350.000</td><td>350.000</td></tr><tr><td>Equipamentos estacionários</td><td>2.000.000</td><td>2.000.000</td></tr><tr><td>Desmoronamento</td><td>300.000</td><td>300.000</td></tr><tr><td>Vazamentos</td><td>400.000</td><td>400.000</td></tr><tr><td>Danos morais</td><td>200.000</td><td>200.000</td></tr><tr><td>Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo</td><td>200.000</td><td>200.000</td></tr></table>			Tumulto, greve e lock-out	50.000	50.000	Responsabilidade civil	350.000	350.000	Equipamentos estacionários	2.000.000	2.000.000	Desmoronamento	300.000	300.000	Vazamentos	400.000	400.000	Danos morais	200.000	200.000	Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	200.000	200.000
Tumulto, greve e lock-out	50.000	50.000																					
Responsabilidade civil	350.000	350.000																					
Equipamentos estacionários	2.000.000	2.000.000																					
Desmoronamento	300.000	300.000																					
Vazamentos	400.000	400.000																					
Danos morais	200.000	200.000																					
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	200.000	200.000																					
RRELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Aos Administradores da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA Salvador-Bahia Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). Base para opinião A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como informação suplementar, cuja apresentação é requerida, obrigatoriamente, como parte integrante das demonstrações contábeis apenas para companhias de capital aberto, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. (d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. (e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. (f) Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desenvolvimento de auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das cons- tatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que podem afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Salvador, 31 de março de 2025. IGF AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S CRC/BA - Nº 004178/O-2 CVM – 9.318 Edmar Sombra Bezerra CONTADOR - CRC/BA Nº 012.590/O-6 PARECER DO CONSELHO FISCAL Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cumprindo suas atribuições estatutárias e tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, elaborados pela Audicont Auditores e Consultores e auditados pela IGF- Auditores e Consultores Independentes S/S, entendem que as referidas demonstrações contábeis retratam adequadamente a posição da empresa em 31 de dezembro de 2024, opinando favoravelmente pela sua aprovação e concordando que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Empresa Gráfica da Bahia - EGBA e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Salvador, 15 de abril de 2025 Lanns Alves de Almeida Filho Márcia Cristina Telles de Araújo Lima Matteus Guimarães Martins CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Carlos Palma de Mello André Nascimento Curvello Edelvino da Silva Góes Filho Adolpho Henrique Almeida Loyola Robson Santos de Araújo DIRETORIA Robson Santos de Araújo Diretor Geral André Marter Primo Diretor Técnico Audicont - Auditores e Consultores CRC (BA) 0568 Joabson Nascimento Queiroz Gerente Contábil e Financeiro CRC (BA) 039407/O-3 Edson Oliveira dos Santos Chefe da Seção de Contabilidade e Custos CRC (BA) 10.229																							